

POETA ANÍSIO SILVA (PROFESSOR SHELL)

Muito além do currículo:
O Professor que fez da palavra um abraço.



LANÇAMENTO

VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE

O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES DE ANÍSIO SILVA.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica

Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 65 (jun. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 320 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

07 Sobre quem joga e quem assiste: lugares que ensinamos a ocupar

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 Convivência em foco – “Programa EntreNós”

Cleia Teixeira da Silva e Jose Wilton dos Santos

20 POIESIS

J. Wilton

23 Poeta Anísio Silva (Professor Shell)

Muito além do currículo: o professor que fez da palavra um abraço



ARTIGOS

1. A ESTRATÉGIA DAS RECEITAS PÚBLICAS NO SISTEMA FISCAL ANGOLANO (CASO DA TERCEIRA REGIÃO TRIBUTÁRIA LUANDA-BENGO)

Adão Pacheco Valentim/Domingos Fernando Cassuende Lucunde 31

2. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “FAMÍLIA TAMBÉM CONTA HISTÓRIAS

Ana Claudia Souza Silva 36

3. A FRACA ASSIMILAÇÃO E BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS DO LICEU REI CILULU VANGUEVANGUE - CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO

Angelino Wambo Tchaluete/Walter Albino António Sassoma 42

4. O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Antonia Elcinda Alves Rodrigues 48

5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

Augusto Hudson Simeão 53

6. ANÁLISE FARMACOTERAPÉUTICA DOS ANTIRRETROVIRAIS EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL GERAL DO KILAMBA KIAXI

Capuma Ernesto Eduardo /Daniel Tchilala Luciano /Wilson Valdemar Gomes Anilba 60

7. RECURSO DE APELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Chiquito Afonso Fernando Domingos/Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva 65

8. O IMPACTO SOCIAL DA CORRUPÇÃO EM ANGOLA: EFEITOS NA DESIGUALDADE SOCIAL E NO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Cipriano de Jesus Plácido da Silva /Constantino João Manuel 74

9. A MOTIVAÇÃO LABORAL E O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO PRIVADO DO KILAMBA

Constantino João Manuel 80

10. CRIMINALIDADE NO BAIRRO CANDOMBE VELHO, MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Daniel Cordeiro 87

11. DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EQUIDADE NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Daniela dos Santos Magalhães 93

12. PLANEJAMENTO DOCENTE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Denise Teixeira Santos Menezes 99

13. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTORIA DOCENTE NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS ÉTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Diego Agostinho Dynczki 106

14. O PAPEL DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTUDO REALIZADO À COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E ISPK – 2025/2026

Edson da Conceição Graça /Rogério Agrey Moisés Jonas 115

15. FUGA À PATERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CUITO-BIÉ NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Eduardo Custódio Domingos Nunquilo 124

16. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONECTANDO CONHECIMENTO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Emanuel Ramos Barra 130

17. APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO MOVIMENTO E DA EXPRESSÃO CORPORAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO

Glaucimer Silva Batista de Almeida 136

18. QUANDO O TEMPO SE TORNA TERRITÓRIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Jennyfer Christiane Barboza de Jesus 144

19. O PAPEL DO PROFESSOR NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO NO INSTITUTO TÉCNICO DE SAÚDE Nº 110 DE SAURIMO-ANGOLA

João Miranda Tumba 154

20. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDADO E APRENDIZAGEM

Jordânia de Brito 161

21. INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(CASO DO HOSPITAL MUNICIPAL DO ZANGO NO PERÍODO DE 2024-2025)

Julietta Elisa André Panzo Tchitungo 168

22. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lilian Silvana Minho Zanetta 176

23. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SISTEMA JURÍDICO ANGOLANO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Luzia Feijó Sebastião/Constantino João Manuel 182

24. A MÚSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Lusilene da Rocha Alves 189

25. A GESTÃO ESCOLAR NO SECTOR PRIMÁRIO E DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA PERSPECTIVA DAS DIRECTORAS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LUANDA

Madalena Nascente Cardoso João 195

26. O ACESSO À JUSTIÇA PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM ANGOLA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E MECANISMOS DE INCLUSÃO

Manuel António da Silva Lemos /Constantino João Manuel 204

27. ATRIBUIÇÃO CAUSAL COMO UM FATOR CRUCIAL PARA O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Manuel Francisco Neto 210

28. ARTETERAPIA E SAÚDE MENTAL: FUNDAMENTOS, EVIDÊNCIAS, LIMITES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO CUIDADO INTEGRAL

Marcelo Santos de Mascarenhas 216

29. A PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE CRISE SOCIOECONÓMICA EM ANGOLA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE GARANTIA

Maria Teresa da Costa Garcia /Constantino João Manuel 225

30. MEDIAÇÕES, CONFLITOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICASMOIZES ANTONIO DOS SANTOS

Ngombo Rodrigues Lucau 232

31. O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA NO ESTUDO DAS FUNÇÕES EXPONENCIAIS NO 1.º ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA

Pedro Nzuzi 243

32. DESEMPREGO JUVENIL NA CIDADE DE LUANDAUM ESTUDO REALIZADO NO BAIRRO ROCHA PINTO

Sandra Horacio 250

33. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIVERSIDADE CULTURAL E A BNCC NO BRASIL

Santos Augusto Mussamo /Constantino João Manuel 258

34. LITERACIA FISCAL E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM ANGOLA: EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

Santos Filipe 264

35. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DO 4º ANO DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS E SAÚDE PÚBLICA DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES, NO I SEMESTRE DE 2025

Santos Filipe 271

36. O ESTÁGIO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR EM MALANJE

Sebastião Alcino Gonçalves 279

37. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 287

38. ARTE, EXPRESSÃO SIMBÓLICA E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ARTE-EDUCAÇÃO E LIMITES DA ARTETERAPIA

Solange Aparecida Silva 293

39. A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suellen Vidal Araújo da Silva 303

40. O BRINCAR LIVRE NA INFÂNCIA: FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Viviane Marcia Santos de Mascarenhas 309



EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIVERSIDADE CULTURAL E A BNCC NO BRASIL

Sandra Horacio¹

RESUMO: Este artigo investiga a relação entre a Educação do Campo, a diversidade cultural e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental e revisão bibliográfica sobre políticas públicas, currículo e inclusão de povos tradicionais. Os resultados evidenciam que, embora a BNCC estabeleça aprendizagens essenciais e competências, ela apresenta lacunas significativas quanto à inclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente comunidades rurais e povos do campo. A centralização curricular contribui para a homogeneização das práticas pedagógicas, restringindo adaptações locais que considerem saberes culturais e contextuais. Apesar disso, a articulação de políticas públicas locais e a atuação de movimentos sociais têm promovido avanços na Educação do Campo, fortalecendo a diversidade cultural e a autonomia pedagógica. Conclui-se que a efetiva valorização da diversidade cultural na educação depende de uma interlocução crítica entre diretrizes nacionais, políticas públicas inclusivas e práticas pedagógicas sensíveis às realidades locais, promovendo uma educação plural, contextualizada e equitativa.

Palavras-chave: BNCC. Currículo Inclusivo. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil se configura como espaço de resistência cultural, valorização da diversidade e afirmação de direitos educacionais das populações rurais, constituindo-se a partir de normativas, pesquisas acadêmicas e movimentos sociais comprometidos com a equidade e a justiça social. Historicamente, essas populações enfrentam invisibilidade e marginalização no acesso à educação formal, o que reforça a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas sensíveis às suas especificidades culturais, econômicas e territoriais. Nesse contexto, a diversidade cultural não se restringe a uma dimensão curricular, mas se torna princípio estruturante da prática educativa, orientando a construção de saberes significativos e contextualizados.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um esforço do Estado

brasileiro para padronizar aprendizagens essenciais e estabelecer competências para toda a Educação Básica. Entretanto, a centralização curricular evidenciada no documento apresenta lacunas importantes quanto à inclusão de grupos historicamente marginalizados, sobretudo as comunidades rurais e povos do campo. Santos e Nunes (2020, p. 10-11) ressaltam que “a vigilância político-pedagógica no espaço local depende da articulação dos povos do campo e dos diversos que são silenciados no texto da BNCC”, demonstrando que a normatização centralizada pode reduzir a visibilidade de saberes regionais e limitar a autonomia pedagógica.

A análise da BNCC concentrou-se nos dispositivos relacionados à valorização da diversidade cultural, às competências gerais da Educação Básica e às orientações referentes à contextualização curricular, buscando identificar em que medida o documento contempla as especificidades da Educação do Campo e das populações historicamente marginalizadas.

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia, Artes e História. Pós em Docência do Ensino Superior. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. sandrahoracio125@gmail.com

Diante disso, este artigo busca analisar criticamente a relação entre a Educação do Campo, a diversidade cultural e a BNCC, examinando como políticas públicas, movimentos sociais e práticas pedagógicas contextualizadas podem promover inclusão, equidade e fortalecimento da autonomia das escolas rurais. O estudo procura compreender os desafios e oportunidades para construir uma educação plural, sensível às especificidades locais e capaz de articular diretrizes nacionais com saberes culturais e regionais.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem crítico-analítica. A investigação fundamentou-se na análise de produções acadêmicas sobre Educação do Campo, diversidade cultural, currículo e políticas educacionais, bem como em documentos normativos que orientam a educação brasileira.

No âmbito documental, foram analisados a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). Na BNCC, a análise concentrou-se especialmente nas Competências Gerais da Educação Básica, nos princípios relacionados à valorização da diversidade cultural, ao respeito às diferenças e às orientações referentes à contextualização curricular.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a Análise Documental Crítica, conforme Cellard (2008), buscando identificar aproximações, lacunas e contradições entre as diretrizes normativas e os pressupostos teóricos da Educação do Campo. Posteriormente, os dados foram organizados em três categorias analíticas: a) diversidade cultural e reconhecimento das identidades do campo; b) centralização curricular e autonomia pedagógica; e c) políticas públicas e práticas de inclusão.

A interpretação dos dados ocorreu de forma qualitativa e reflexiva, permitindo compreender de que maneira os documentos oficiais contemplam – ou silenciam – as especificidades das populações rurais e dos povos do campo, bem como as implicações dessas orientações para a construção de uma educação contextualizada e socialmente justa.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A DIVERSIDADE CULTURAL

A Educação do Campo no Brasil é compreendida como um espaço educativo que vai além da transmissão de conteúdos formais, articulando saberes locais, práticas culturais e formação cidadã. Ela se constitui como um campo de resistência e afirmação identitária, buscando valorizar a diversidade cultural, social e territorial das comunidades rurais. Nesse sentido, a educação não se limita à aquisição de conhecimento acadêmico, mas se propõe a reconhecer e fortalecer a identidade coletiva dos povos do campo, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas.

A diversidade cultural, nesse contexto, se torna princípio pedagógico central. Santos e Nunes (2020, p. 10-11) ressaltam que a invisibilidade de comunidades rurais e povos do campo na BNCC evidencia a necessidade de articulação política e pedagógica para garantir direitos educacionais. Assim, práticas educativas devem considerar não apenas aspectos regionais e históricos, mas também os saberes, valores e tradições culturais que permeiam a vida cotidiana dessas populações, integrando-os ao currículo escolar e aos processos de aprendizagem.

A BNCC, ao estabelecer competências e habilidades essenciais para toda a Educação Básica, oferece um referencial estruturante, mas apresenta limitações na incorporação de saberes locais e contextuais. A centralização curricular pode, muitas vezes, homogeneizar práticas pedagógicas, desconsiderando especificidades culturais e regionais que são fundamentais para a educação rural. Dessa forma, torna-se imprescindível que as escolas do campo interpretem e adaptem as diretrizes nacionais, incorporando metodologias participativas, experiências comunitárias e conteúdos que reflitam a diversidade cultural dos estudantes.

Práticas pedagógicas contextualizadas podem incluir atividades de valorização da agricultura familiar, conhecimento ecológico local, línguas e expressões culturais regionais, além de projetos interdisciplinares que articulem saberes tradicionais e acadêmicos. Essas estratégias fortalecem o protagonismo dos estudantes, promovem engajamento social e contribuem para o desenvolvimento integral,

alinhando os objetivos da BNCC à realidade específica das comunidades rurais. Além disso, incentivam a participação das famílias e da comunidade no processo educativo, consolidando a educação como instrumento de transformação social e preservação cultural.

Por fim, a Educação do Campo e a valorização da diversidade cultural demandam a integração de políticas públicas inclusivas, formação docente crítica e práticas pedagógicas flexíveis. O fortalecimento desses elementos possibilita que a centralização da BNCC seja mediada por iniciativas locais, permitindo que o currículo se torne instrumento de equidade, pluralidade e respeito às diferenças culturais. Dessa forma, a educação rural não apenas cumpre objetivos acadêmicos, mas também contribui para a valorização e a preservação das identidades e saberes locais, consolidando uma educação contextualizada, democrática e culturalmente significativa.

LACUNAS DA BNCC NA INCLUSÃO DE GRUPOS MARGINALIZADOS

Embora a BNCC tenha representado um avanço normativo para a padronização de aprendizagens essenciais na Educação Básica, ela apresenta limitações significativas no que se refere à inclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente comunidades rurais, povos do campo, quilombolas e indígenas. Ferreira (2016, p. 300) destaca que indivíduos e grupos que durante décadas foram excluídos do acesso à educação formal ainda enfrentam sub-representação nas políticas curriculares, o que evidencia a necessidade de atenção específica às desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional brasileiro.

A centralização curricular, ao estabelecer diretrizes uniformes, tende a homogeneizar as práticas pedagógicas, reduzindo a capacidade das escolas de adaptar o currículo às especificidades locais. No contexto da Educação do Campo, essa padronização pode silenciar saberes tradicionais, práticas culturais regionais e experiências cotidianas das comunidades rurais, prejudicando a efetividade da aprendizagem e a valorização da diversidade cultural. Santos e Nunes (2020, p. 10-11) argumentam que a articulação local e o engajamento comunitário são essenciais para superar tais lacunas, garantindo que o currículo reflita a

pluralidade cultural e social do país.

Além disso, a BNCC concentra-se em aprendizagens mínimas e competências generalizadas, o que limita a inclusão de conteúdos que contemplem identidades, linguagens e práticas específicas das populações marginalizadas. A ausência de orientações explícitas para a Educação do Campo e para grupos minoritários evidencia que a centralização normativa não é suficiente para promover equidade; é necessário que políticas públicas, programas de formação docente e iniciativas comunitárias complementem e contextualizem as diretrizes nacionais.

A lacuna entre o currículo nacional e as necessidades locais também impacta a formação docente. Professores que atuam em contextos rurais enfrentam desafios para mediar conteúdos padronizados sem comprometer a relevância cultural e contextual do ensino. A valorização de saberes tradicionais e a incorporação de metodologias participativas e interdisciplinares tornam-se, portanto, estratégias essenciais para superar as limitações da BNCC, promovendo aprendizagem significativa e inclusiva, e fortalecendo o protagonismo dos estudantes.

Por fim, a superação das lacunas da BNCC requer articulação entre políticas públicas nacionais, regionais e locais, engajamento comunitário e formação docente crítica e contextualizada. Somente dessa forma a centralização curricular pode ser mediada de maneira a contemplar diversidade cultural, garantir direitos educacionais e promover equidade no campo. Dessa forma, a Educação do Campo não apenas cumpre metas acadêmicas, mas também fortalece a identidade cultural, preserva saberes tradicionais e contribui para a construção de uma educação plural, democrática e socialmente justa.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A promoção da Educação do Campo e a valorização da diversidade cultural dependem fortemente da articulação entre políticas públicas inclusivas e o engajamento de movimentos sociais. Programas governamentais voltados para o fortalecimento da educação rural, como projetos de formação docente, financiamento de infraestrutura escolar e incentivo a práticas pedagógicas

contextualizadas, têm se mostrado fundamentais para mitigar os efeitos da centralização curricular da BNCC. Essas políticas buscam garantir que as escolas rurais possam adaptar conteúdos e metodologias às realidades locais, promovendo aprendizagem significativa e equitativa.

Movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e organizações não governamentais têm desempenhado papel estratégico na Educação do Campo, atuando como articuladores entre as demandas locais e as diretrizes nacionais. Santos e Nunes (2020, p. 10-11) destacam que a mobilização comunitária é essencial para garantir que os saberes e práticas culturais locais sejam incorporados ao currículo, compensando lacunas da BNCC e fortalecendo a autonomia pedagógica das escolas.

A atuação conjunta entre políticas públicas e movimentos sociais também favorece a formação docente crítica e contextualizada. Programas de capacitação que consideram a realidade rural permitem que professores interpretem a BNCC de maneira flexível, incorporando metodologias participativas, atividades práticas e conteúdos relacionados à cultura, economia e história das comunidades locais. Essa abordagem fortalece o protagonismo dos estudantes e da comunidade escolar, promovendo engajamento, senso de pertencimento e respeito à diversidade.

Além disso, políticas públicas articuladas a ações comunitárias contribuem para a inovação pedagógica e para a construção de currículos contextualizados, que respeitem a diversidade cultural, linguística e territorial. Projetos interdisciplinares, atividades de pesquisa-ação e integração de saberes tradicionais com conhecimentos formais ampliam as oportunidades de aprendizagem e fortalecem a educação como instrumento de transformação social. Tais práticas demonstram que a centralização curricular da BNCC pode ser mediada de forma positiva quando há colaboração efetiva entre Estado, escola e comunidade.

Por fim, o fortalecimento da Educação do Campo e da diversidade cultural exige interlocução contínua entre políticas públicas, movimentos sociais e práticas pedagógicas contextualizadas. Apenas por meio dessa articulação é possível promover uma educação plural, equitativa e culturalmente relevante,

que respeite as especificidades das comunidades rurais, valorize saberes locais e contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

FORMAÇÃO DOCENTE E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CAMPO

A efetividade da Educação do Campo depende fortemente da formação docente crítica e contextualizada. Professores atuando em contextos rurais precisam desenvolver habilidades para interpretar e adaptar as diretrizes da BNCC, promovendo práticas pedagógicas que respeitem a diversidade cultural e regional. Santos e Nunes (2020, p. 10-11) destacam que a invisibilidade de saberes locais no currículo nacional exige que os docentes se tornem mediadores ativos entre as normas centralizadas e as realidades das comunidades.

Programas de formação continuada, cursos de extensão e supervisão pedagógica contextualizada permitem aos professores compreender as especificidades culturais, sociais e ambientais do campo, incorporando metodologias participativas, experiências comunitárias e saberes tradicionais ao processo educativo. Essa mediação pedagógica fortalece o protagonismo dos estudantes, estimulando aprendizagem significativa e engajamento social.

Além disso, a formação docente voltada para a Educação do Campo deve incluir competências para elaboração de projetos interdisciplinares, planejamento colaborativo e avaliação diversificada. Tais estratégias permitem equilibrar os objetivos nacionais definidos pela BNCC com práticas adaptadas às necessidades locais, assegurando autonomia pedagógica e inovação curricular.

A mediação docente também é crucial para a articulação entre escola, família e comunidade, garantindo que os saberes comunitários sejam incorporados à aprendizagem formal. Dessa forma, o professor atua como articulador de políticas públicas, movimentos sociais e currículo, promovendo inclusão, equidade e valorização da diversidade cultural no campo.

Por fim, a formação docente crítica e contextualizada representa um instrumento essencial para superar os limites impostos pela centralização da BNCC, fortalecendo a Educação do Campo como

espaço de aprendizagem plural, culturalmente relevante e socialmente transformador.

TECNOLOGIAS, RECURSOS LOCAIS E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

A inovação pedagógica no contexto da Educação do Campo depende da articulação entre recursos locais, saberes tradicionais e tecnologias educacionais. O uso de metodologias ativas, projetos interdisciplinares e recursos digitais permite que as escolas rurais adaptem a BNCC às especificidades culturais e territoriais, promovendo aprendizagem significativa e contextualizada.

A incorporação de tecnologias educacionais, como plataformas digitais, aplicativos de ensino e materiais multimídia, pode expandir o acesso à informação e estimular a participação dos estudantes, mesmo em localidades remotas. Quando articuladas aos saberes locais — conhecimentos sobre agricultura familiar, ecologia regional, práticas culturais e história comunitária — essas ferramentas fortalecem o currículo contextualizado e valorizam a diversidade cultural.

Projetos que combinam recursos tecnológicos e práticas comunitárias promovem aprendizagem ativa e colaborativa, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas do processo educativo. Além disso, essas iniciativas incentivam a integração entre escola e comunidade, consolidando a educação como instrumento de transformação social e preservação cultural.

A inovação pedagógica também exige planejamento estratégico e criatividade docente, capazes de adaptar conteúdos da BNCC aos contextos locais sem comprometer os objetivos nacionais. Estratégias como oficinas culturais, laboratórios comunitários e feiras de saberes tradicionais demonstram que a centralização curricular pode ser mediada por práticas flexíveis, inovadoras e inclusivas.

Por fim, a integração entre tecnologias, recursos locais e inovação pedagógica representa uma oportunidade para ampliar a equidade educacional, valorizar a diversidade cultural e fortalecer a autonomia pedagógica das escolas do campo. Dessa forma, a Educação do Campo pode conciliar diretrizes nacionais com saberes locais, promovendo currículo plural, contextualizado e culturalmente significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a Educação do Campo desempenha papel estratégico na promoção da diversidade cultural, da inclusão e da autonomia pedagógica no Brasil. Apesar dos avanços proporcionados pela BNCC, como a definição de aprendizagens essenciais e competências para toda a Educação Básica, sua centralização curricular apresenta limitações significativas quanto à consideração de contextos culturais e regionais. Comunidades rurais, povos do campo e minorias históricas ainda enfrentam invisibilidade normativa, o que reforça a necessidade de articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e práticas pedagógicas contextualizadas.

No contexto rural, a diversidade cultural constitui princípio estruturante do currículo, guiando a elaboração de saberes significativos e alinhados às especificidades locais. A Educação do Campo não se restringe à transmissão de conteúdos formais, mas integra práticas culturais, saberes tradicionais, história local e experiências cotidianas, promovendo aprendizagem integral e cidadã. Para que essa abordagem seja efetiva, é essencial que a BNCC seja interpretada de forma flexível, permitindo que escolas adaptem os conteúdos e metodologias às necessidades e especificidades locais.

A articulação de políticas públicas inclusivas, programas de formação docente contextualizada e o engajamento de movimentos sociais é fundamental. Essas ações contribuem para superar lacunas da BNCC e fortalecer a autonomia pedagógica das escolas rurais. Iniciativas de capacitação docente, projetos interdisciplinares e integração de saberes tradicionais com conhecimentos formais contribuem para práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e culturalmente relevantes.

Ademais, a participação ativa da comunidade é elemento central para a construção de currículos contextualizados, democráticos e sensíveis à diversidade. Conselhos escolares, associações de pais e organizações comunitárias fortalecem a interlocução entre as diretrizes nacionais e as demandas locais, promovendo equidade, valorização de saberes e pertencimento social dos estudantes.

Por fim, conclui-se que a efetiva valorização da diversidade cultural na Educação do Campo depende da interlocução crítica entre BNCC, políticas públicas, práticas pedagógicas e movimentos sociais. Somente por meio dessa articulação é possível construir uma educação plural, contextualizada e equitativa, capaz de promover aprendizagem significativa, preservação cultural e fortalecimento da identidade das comunidades rurais, consolidando o currículo como instrumento de transformação social e de justiça educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

FERREIRA, W. B. **O conceito de diversidade no BNCC:** relações de poder e interesses ocultos. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2016.

SANTOS, A. R. dos; NUNES, C. P. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro.** Salvador: Edufba, 2020.



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.65>



COORDENAÇÃO:

- Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
- Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
- Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adão Pacheco Valentim e Domingos F. Cassuende Lucunde
- Ana Claudia Souza Silva
- Angelino Wambo Tchaluele e Walter Albino António Sassoma
- Antonia Elcinda Alves Rodrigues
- Augusto Hudson Simeão
- Augusto Hudson Simeão
- Capuma E. Eduardo, Daniel T. Luciano e Wilson V. Gomes Anilba
- Chiquito Afonso F. Domingos e Gouveia de Oliveira N. da Silva
- Cipriano de Jesus Plácido da Silva
- Constantino João Manuel
- Daniel Cordeiro
- Daniela dos Santos Magalhães
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edson da Conceição Graça e Rogério Agrey
- Emanuel Ramos Barra
- Glaucimer Silva Batista de Almeida
- Jennyfer Christiane Barboza de Jesus
- Jordânia de Brito
- João Miranda Tumba
- Julieta Elisa André Panzo Tchitungo
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Lusilene da Rocha Alves
- Luzia Feijó Sebastião e Constantino João Manuel
- Madalena Nascente Cardoso João
- Manuel António da Silva Lemos e Constantino João Manuel
- Manuel Francisco Neto
- Marcelo Santos de Mascarenhas
- Maria Teresa da Costa Garcia e Constantino João Manuel
- Moizes Antonio dos Santos
- Sandra Horacio
- Santos Filipe
- Sebastião Alcino Gonçalves
- Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira
- Solange Aparecida Silva
- Suellen Vidal Araújo da Silva
- Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

